



MOÇÃO

(Aprovada por maioria em Assembleia Geral de Sócios do SPGL, do dia 21 de maio de 2026)

“Damos o rosto ao futuro — continuamos Abril com o nosso trabalho e a nossa luta”

Os docentes dos diferentes graus de ensino e os investigadores, reunidos em Assembleia Geral de Sócios, por convocatória da Direção do SPGL, analisaram o processo de negociação do Estatuto da Carreira Docente (ECD), bem como as mobilizações e os alertas da FENPROF relativamente à ofensiva em curso contra a profissão docente.

Esta ofensiva visa destruir a carreira docente enquanto corpo especial da Administração Pública, desvalorizando as especificidades próprias da profissão e colocando em causa a Escola Pública democrática, inclusiva e emancipadora, construída com os valores da Revolução de Abril.

A Assembleia apreciou igualmente a situação política e social marcada pelo agravamento das políticas laborais e pela tentativa de imposição de um novo pacote laboral lesivo dos direitos dos trabalhadores, reafirmando a importância da mobilização e da luta coletiva.

Neste contexto, os sócios do SPGL reunidos em Assembleia Geral aprovam a presente moção.

No passado dia 13 de maio, os partidos PSD, CDS e IL aprovaram na Assembleia da República a recomendação intitulada “Defender Portugal”, com os votos contra do PCP, Livre, JPP e PAN, e a abstenção do PS.

A referida recomendação propõe a criação de um regime de voluntariado jovem cívico-militar, dirigido a jovens entre os 18 e os 23 anos, com duração entre três e seis semanas, assumindo como objetivos:

«Reforçar a ligação dos jovens à instituição militar e promover a formação cívica, física e militar.»

Os partidos que aprovaram esta recomendação acompanham uma estratégia que tem vindo a ser seguida por vários governos europeus, baseada no reforço do militarismo, na promoção de uma economia orientada para a guerra e na preparação ideológica das novas gerações para cenários de confronto e conflito.



Enquanto profissionais da educação, cuja missão é ensinar a pensar, promover o conhecimento, a liberdade, o espírito crítico e os valores da cooperação entre os povos, rejeitamos a cultura da xenofobia, da criação de inimigos e da guerra. Salvaguardando o papel das Formas Armadas como garante da defesa e soberania nacional conforme o estipulado pela Constituição da República Portuguesa.

A Escola Pública deve afirmar-se como espaço de construção da paz, da solidariedade, da democracia e da emancipação humana, e não como instrumento de normalização do militarismo ou de preparação ideológica para a guerra.

Denunciamos, por isso, a tentativa de instrumentalização dos jovens - nossos alunos, filhos e netos - através de campanhas que procuram apresentar a militarização da sociedade como inevitável, desviando-os de um projeto de futuro assente no respeito pelos direitos humanos, pela justiça social, pela cooperação entre os povos e pela preservação do planeta.

Assim, os sócios do SPGL, reunidos em Assembleia Geral, reafirmam o seu compromisso com os valores de Abril, com a defesa da Escola Pública democrática e com uma cultura de paz, associando-se a todos os que rejeitam a escalada militarista e defendem uma sociedade fundada na liberdade, na igualdade, na solidariedade e na cooperação entre os povos.